

Serviço Público Federal Ministério da Educação



Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Concurso Público de Provas para Provimento de Vagas para Cargos de Técnico-Administrativo em Educação

PROVA ESCRITA

AUDITOR

5 de Junho de 2016

Concurso Público



INSTRUCÕES

- 1. Confira, na etiqueta colada na carteira, o seu nome e o cargo em que você está inscrito. Qualquer erro, solicite a correção ao fiscal.
- 2. Não manuseie este caderno e o cartão-resposta até receber a autorização.
- 3. Verifique se este caderno corresponde ao cargo em que você se inscreveu.
- 4. Ao receber a autorização, verifique, neste caderno, se constam todas as questões e se há imperfeição gráfica que cause dúvidas. Qualquer reclamação só será aceita durante os quinze minutos iniciais da prova.
- 5. No cartão-resposta, confira o seu nome e o número da carteira, e assine no local indicado. Verifique se há imperfeição gráfica ou marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
- 6. Este caderno contém **50 questões**. Cada questão contém cinco alternativas, identificadas pelas letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é a correta. Transcreva para o cartão-resposta a letra correspondente à alternativa correta, preenchendo todo o espaço do círculo.
- 7. Não faça rasuras, não dobre, não amasse e não manche o cartão-resposta. Preencha-o corretamente, porque ele não será substituído, exceto em caso de imperfeição gráfica. Responda a todas as questões.
- 8. Esta prova terá a duração de quatro horas e você somente poderá deixar este recinto 1h (uma hora) após o início da prova (15h15m)
- 9. Você somente poderá levar este caderno depois de transcorridas 3 horas do início da prova (17h15m).

NOME:		

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões 01, 02 e 03, leia o texto a seguir, que foi retirado da Revista Super Interessante:

Já existe semáforo no chão para quem vive olhando o celular

No interior da Alemanha, você pode andar sem ter que parar a conversa com o crush no Whatsapp

Por Helô D'Angelo.

Você já se distraiu tanto com seu celular que esqueceu de olhar para os dois lados antes de atravessar a rua? Então, essa é pra você: a cidade de Augsburg, no sul da Alemanha, acaba de instalar semáforos no chão para que os pedestres não precisem largar o Whatsapp na hora de atravessar. Colocados pouco antes de uma linha de trem, eles ficam vermelhos quando o veículo se aproxima - são os primeiros sinais de trânsito desse tipo do mundo.

Na Alemanha, as leis de trânsito costumavam ser seguidas rigorosamente. Mas, com a chegada dos smartphones e das redes sociais, a coisa mudou de figura: um estudo conduzido no começo do ano mostrou que mais de 20% dos pedestres alemães andavam distraídos pelos seus celulares. No mesmo período, uma menina de 15 anos foi atropelada por um bonde em Augsburg enquanto digitava em seu smartphone - e foi aí que o governo local resolveu instalar o novo semáforo.

(Disponível em www.super.abril.com.br/tecnologia/ja-existe-semaforo-no-chao-para-quem-vive-olhando-o-celular, acesso em 06/05/2016)

- 01. No segundo parágrafo do texto, a expressão popular "a coisa mudou de figura" faz referência:
 - (A) Às mudanças nas leis de trânsito ocorridas na Alemanha.
 - (B) Ao aparecimento de smartphones e de redes sociais na Alemanha.
 - (C) Ao surgimento de pesquisas sobre o impacto promovido pela entrada de smartphones e redes sociais na Alemanha.
 - (D) À diminuição no respeito às leis de trânsito na Alemanha.
 - (E) Ao atropelamento de uma menina de 15 anos em Augsburg.
- 02. Com base no emprego de classes gramaticais no texto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.
 - O advérbio "rigorosamente" (2º parágrafo) poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, por "com rigor".
 - Estão conjugados no pretérito perfeito do modo indicativo os verbos "esqueceu" e "acaba" (1º parágrafo).
 - III. Na oração: "quando o veículo se aproxima" (1º parágrafo), a conjunção "quando" poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por "assim que".
 - IV. Na oração: "Mas, com a chegada dos smartphones e das redes sociais, a coisa mudou de figura" (2º parágrafo), a conjunção "mas" poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por "contudo".
 - V. O verbo "precisem" (1º parágrafo) está conjugado no presente do modo subjuntivo.
 - (A) Todas as afirmações estão corretas.
 - (B) Apenas as afirmações I, III e V são corretas.
 - (C) As afirmações I, II, III e IV são corretas.
 - (D) As afirmações I, II e IV são corretas.
 - (E) As afirmações I, III, IV e V são corretas.

- 03. Assinale a alternativa na qual o segmento apresentado entre aspas NÃO possui valor temporal no emprego que lhe é feito no texto.
 - (A) "No começo do ano". (2º parágrafo)
 - (B) "No mesmo período". (2º parágrafo)
 - (C) "Quando o veículo se aproxima". (1º parágrafo)
 - (D) "Pouco antes de uma linha de trem". (1º parágrafo)
 - (E) "Enquanto digitava em seu smartphone". (2º parágrafo)

Para responder às questões 04 e 05, leia o texto a seguir.

Concurso marca 400 anos da morte de Shakespeare

Vídeos que melhor mostrarem a atualidade da obra do dramaturgo inglês serão premiados com viagem ao Reino Unido e vale-presente

REDAÇÃO 5 de maio de 2016

Passados 400 anos da sua morte, por que William Shakespeare continua atual? É essa a pergunta que embala o concurso cultural Shakespeare Hoje, promovido pelo British Council e parte da programação "Shakespeare Lives", que vem celebrando por meio de uma série de eventos, que se estenderão ao longo do ano, os quatro séculos da morte do dramaturgo inglês.

Destinado a professores e alunos de escolas públicas e particulares de todo o Brasil, o concurso pede para que os participantes produzam um vídeo que mostre a importância e atualidade da obra shakespeariana.

As produções devem ter, no máximo, quatro minutos e podem ser feitas em grupos de até cinco alunos que estejam cursando o Ensino Fundamental II ou Médio e com a coordenação de um professor.

O material deve abordar textos e personagens de Shakespeare e pode conter excertos de peças, adaptações ou conteúdos autorais que sejam inspirados pela obra do autor.

Os melhores vídeos serão premiados com uma viagem para o Reino Unido e vales-presentes no valor de 1 mil reais. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 28 de outubro.

(Disponível www.cartaeducacao.com.br/agenda/concurso-marca-400-anos-da-morte-de-shakespeare, em 06/05/2016)

- 04. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à coesão e/ou à coerência do texto lido.
 - (A) No estabelecimento de coesão lexical no texto, os nomes "vídeos", "produções" e "material" são empregados em relação de sinonímia.
 - (B) No trecho "É essa a pergunta que embala o concurso cultural Shakespeare Hoje[...]" (1º parágrafo), o pronome demonstrativo "essa" estabelece referência catafórica por se referir ao substantivo "pergunta".
 - (C) Em "Passados 400 anos da sua morte, por que William Shakespeare continua atual?" (1º parágrafo), a sequência formada pela preposição "por" e pelo pronome interrogativo "que" pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, pela expressão "por qual motivo".
 - (D) Entre as marcas de coesão referencial do texto, está o uso dos pronomes "sua" em "Passados 400 anos da sua morte" e "essa" em "É essa a pergunta que embala o concurso". (1º parágrafo)
 - (E) Entre as marcas de coesão lexical do texto, está o uso de "autor" (penúltimo parágrafo) e "dramaturgo inglês" (primeiro parágrafo) em referência a "William Shakespeare". (1º parágrafo)

- 05. Com base nas relações sintáticas e semânticas inerentes ao texto, assinale a alternativa INCORRETA.
 - (A) No período composto por coordenação: "As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 28 de outubro" (último parágrafo), a segunda oração - "e podem ser realizadas até o dia 28 de outubro" - possui sujeito oculto, cujo núcleo aparece expresso na oração anterior.
 - (B) Na oração "que se estenderão ao longo do ano" (1º parágrafo), a palavra "que" é um pronome relativo que exerce a função de sujeito simples.
 - (C) Na sequência "obra shakespeariana" (2º parágrafo), o adjunto adnominal "shakespeariana" poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, pela expressão "de Shakespeare".
 - (D) Na oração "O material deve abordar textos e personagens <u>de Shakespeare"</u> (4º parágrafo), se o trecho sublinhado fosse substituído pelo adjetivo "shakespearianos", a alteração representaria um erro de concordância nominal.
 - (E) O trecho "os quatro séculos da morte do dramaturgo inglês" (1º parágrafo) funciona como objeto direto do verbo principal "celebrando".
- 06. Analise o texto a seguir, disponível em www.politicacomk.com.br/charge-meu-coracao-amanheceu-pegando-fogo, acesso em 22/04/2016 e, com base na análise dos recursos verbais e não verbais, assinale a alternativa INCORRETA.



- (A) No primeiro balão, a presença imagética das notas musicais, somada ao conteúdo verbal, explicita para o leitor que a repetição da palavra "fogo" consistia em um emprego expressivo-musical.
- (B) Na representação imagética da postura assumida pelo passageiro, o estado de pânico sugere que a repetição da palavra "fogo", no primeiro balão, tenha sido compreendida por ele como uma interjeição.
- (C) No primeiro balão, o substantivo "fogo" foi empregado em sentido conotativo.
- (D) Trata-se de um texto que articula elementos verbais e não verbais para a produção de um efeito de humor.
- (E) Trata-se de um exemplo de texto verbal e não verbal com predomínio da função metalinguística da linguagem.
- 07. Analise as sequências de palavras apresentadas nos itens a seguir:
 - I. intervem, infra-hepático, antiaéreo, magoo, auto-instrução.
 - II. autoeducação, cossecante, inter-resistente, supra-auricular.
 - III. bio-organismo, alcaloide, intervém, entrerregiões, reidratar.
 - IV. macro-sistema, saúdo, hübneriano, semi-herbáceo.

NÃO há desvio gramatical nas palavras contidas:

- (A) Apenas nos itens II e IV.
- (B) Apenas nos itens II e III.
- (C) Apenas nos itens II, III e IV.
- (D) Apenas nos itens I e III.
- (E) Nos itens I, II, III e IV.

Para responder às questões 08, 09 e 10, leia o texto a seguir.

O Facebook consome seis horas da sua semana

Tempo médio de permanência na rede social foi informado por Mark Zuckerberg durante a apresentação dos relatórios da empresa

Na semana passada, o Facebook divulgou um relatório sobre o primeiro quadrimestre deste ano. Os números são absurdos: lucro de R\$ 5,3 bilhões, recorde de 1,65 bilhões de usuários, entre outros valores impressionantes.

Em meio a tantos números que saltaram aos olhos, um dado passou batido, mas ele é tão importante – ou mais importante, da ótica social – quanto o lucro espantoso apresentado por Mark Zuckerberg aos acionistas: um usuário inscrito no Facebook passa cerca de 50 minutos do dia na rede social.

Inicialmente, pode parecer um número comum, mas, considerando que um dia tem 24 horas, que passamos entre sete e oito horas diárias dormindo e que trabalhamos/estudamos entre seis e oito horas, 50 minutos é MUITA coisa.

Eliminando catorze horas do dia – sete de sono e sete de estudo/trabalho –, restam apenas dez horas para fazermos o que quisermos. Na prática, sabemos que não é bem assim, já que tem o tempinho do banho, do almoço, do jantar, do transporte para a escola/faculdade/trabalho, etc. Mas, considerando essa estimativa, gastamos quase um décimo do nosso tempo livre com o Facebook.

Para se ter uma ideia de como esta atividade se enraizou em nossa vida, basta analisar o tempo médio que gastamos com outras atividades. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), usamos, em média:

- Dezenove minutos do dia lendo (livros, notícias, etc.);
- Dezessete minutos diários praticando esportes ou alguma atividade física;
- Quatro minutos por dia conversando ou participando de atividades sociais;
- 1.07 horas do dia comendo e bebendo;
- 2.8 horas do dia assistindo filmes ou televisão.

É importante dizer que os 50 minutos diários se referem somente ao Facebook. Então, é provável que passemos mais de uma hora por dia em redes sociais, se somarmos o tempo que navegamos por YouTube, Twitter, Instagram, Snapchat, Whatsapp, Telegram e afins.

(Disponível www.revistagalileu.globo.com/Cultura/Cultura-digital/noticia/2016/05/o-facebook-consome-seis-horas-da-sua-semana.html, em 06/05/2016)

- 08. A palavra "que" possui várias funções em Língua Portuguesa e é empregada com frequência no texto lido. Em cada alternativa a seguir, são apresentados trechos nos quais essa palavra pertence à mesma classe gramatical, EXCETO:
 - (A) "É provável que passemos mais de uma hora por dia em redes sociais". (último parágrafo)
 - (B) "Em meio a tantos números que saltaram aos olhos" [...]. (2º parágrafo)
 - (C) "Na prática, sabemos que não é bem assim" [...]. (4º parágrafo)
 - (D) [...] "que trabalhamos/estudamos entre seis e oito horas" [...]. (3º parágrafo)
 - (E) [...] "considerando que um dia tem 24 horas" [...]. (3º parágrafo)
- 09. Quanto ao emprego de pontuação do texto, assinale a alternativa correta.
 - (A) É facultativa a vírgula empregada após a palavra "Inicialmente". (3º parágrafo)
 - (B) Em: "Eliminando catorze horas do dia sete de sono e sete de estudo/trabalho –, restam apenas dez horas" (4º parágrafo), o trecho entre travessões poderia ser apresentado entre parênteses, mantendose a correção gramatical.
 - (C) Os dois-pontos empregados no primeiro parágrafo poderiam ser substituídos por uma vírgula, mantendo-se a correção gramatical.
 - (D) É facultativa a vírgula empregada antes da palavra "se" em: "é provável que passemos mais de uma hora por dia em redes sociais, se somarmos o tempo que navegamos por YouTube, Twitter, Instagram, Snapchat, Whatsapp, Telegram e afins". (último parágrafo)
 - (E) A vírgula empregada imediatamente após o segmento "Na semana passada" (1º parágrafo) separa um adjunto adverbial deslocado.

- 10. Com base nos recursos linguísticos empregados e na relação deles com a produção de sentidos no texto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.
 - I. Nos dois primeiros parágrafos, o emprego dos adjetivos "absurdos", "impressionantes" e "espantoso" explicita as reações/posições do emissor da mensagem acerca dos dados que comprovam que a maioria dos brasileiros utiliza boa parte de seu tempo livre no Facebook.
 - II. No título, o pronome "sua" é empregado anaforicamente em referência ao "Facebook".
 - III. O emprego do verbo "consumir" (no título) e o uso em caixa alta da palavra "MUITA" (no 3º parágrafo) são alguns dos exemplos que explicitam a posição do emissor a respeito do tempo que os usuários destinam ao Facebook.
 - (A) Apenas a afirmação III é correta.
 - (B) Apenas a afirmação I é correta.
 - (C) As afirmações II e III são corretas.
 - (D) Apenas a afirmação II é correta.
 - (E) Todas as afirmações são corretas.
- Assinale a alternativa correta no que se refere à utilização do acento grave, indicativo de crase, em Língua Portuguesa:
 - (A) Enviarei a lista de convidados à Vossa Excelência.
 - (B) Nosso carro oficial sairá a uma hora em ponto.
 - (C) O público assistia à estreia da peça a distância.
 - (D) Junto a parede ainda constava a marca de toda a agressão.
 - (E) O usuário de drogas estava à portas da morte.

Leia estes versos do escritor português Sidónio Muralha e responda às questões 12 e 13.

PROFECIA

Cada gesto de ódio
cada gesto de prepotência
cada gesto para amordaçar a verdade
cada gesto para amparar a mentira
cada gesto que suprime outro gesto
cada gesto - indigesto
- voltará implacável como um «boomerang»
E ninguém escapará a essa lei.

- 12. Entre as marcas de expressividade da linguagem literária adotada no poema, a repetição do segmento "Cada gesto", no início de seis primeiros versos, configura um exemplo de:
 - (A) Ironia.
 - (B) Perífrase.
 - (C) Hipérbato.
 - (D) Paradoxo.
 - (E) Anáfora.
- 13. O verbo "amordaçar" é empregado em sentido metafórico no 3º verso do poema. Morfologicamente, essa palavra é formada por um processo denominado:
 - (A) Pseudoprocesso.
 - (B) Composição por justaposição.
 - (C) Derivação parassintética.
 - (D) Derivação regressiva.
 - (E) Derivação prefixal e sufixal.

Leia o trecho da carta a seguir e responda à questão 14.

Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica (UP) de Moçambique, Prof. Doutor Rogério José Uthui, respeitosamente, dirigimo-nos à Reitoria, primeiro, para renovar os nossos agradecimentos pela confiança e autonomia concedida, o que, sem dúvida, permitiu-nos, ao longo destes quase seis meses de estudos, em diversos cursos, que o lecionamento decorresse da melhor forma possível e fosse satisfatório.

Lamentavelmente, os deveres e direitos dos estudantes e docentes não estão a ser alcançados e gostaríamos que o magnífico reitor soubesse que da nossa parte não falta empenho ao trabalho, dedicação e cumprimento nas soluções em relação ao que nos pedem.

[...]

Por Estudantes de Engenharia UP-Beira

(Disponível em www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/53960-carta-aberta-ao-magnifico-reitor-da-universidade-pedagogica-por-estudantes, acesso em 01/05/2016)

- 14. Analise os recursos linguísticos empregados no texto e assinale a alternativa INCORRETA.
 - (A) No trecho "em relação ao que nos pedem" (2º parágrafo), a próclise é facultativa.
 - (B) A colocação pronominal realizada nas formas verbais "dirigimo-nos" e "permitiu-nos" configura exemplos de ênclise. (1º parágrafo)
 - (C) O emprego do verbo "soubesse" (2º parágrafo), conjugado no pretérito imperfeito do modo subjuntivo, denota possibilidade ou desejo de que o destinatário saiba a respeito da dedicação, do empenho e do trabalho dos emissores representados pelo autor da carta.
 - (D) O trecho "para renovar os nossos agradecimentos" (1º parágrafo) poderia ser substituído por "a fim de renovar os nossos agradecimentos", sem que se perdesse o tom de formalidade da carta que é dirigida à autoridade máxima da universidade.
 - (E) Em "dirigimo-nos à Reitoria" (1º parágrafo), o emprego do acento grave, indicativo de crase, leva em conta a regência do verbo pronominal que o antecede.
- 15. Analise o texto a seguir, disponível em www.ivoviuauva.com.br/tag/flashback, acesso em 22/04/2016 e, com relação à escolha lexical, assinale a alternativa correta.



- (A) Os termos "Ué" e "Peraí" são formas dicionarizadas cujo emprego se dá apenas regionalmente para designar dúvidas.
- (B) Em suas duas ocorrências no diálogo, o termo "Flashback" pertence à mesma classe gramatical.
- (C) Em suas duas ocorrências no diálogo, o termo "Flashback" é um estrangeirismo empregado sinestesicamente em referência à hiperinflação.
- (D) O termo "Peraí" é uma variante reduzida/contraída, que denota espanto.
- (E) O termo "hiperinflação" aparece negritado por se tratar de um empréstimo linguístico.

LEGISLAÇÃO

- 16. Conforme a Lei nº 8.112/1990, é uma penalidade disciplinar que pode ser aplicada ao servidor público:
 - (A) Multa.
 - (B) Censura.
 - (C) Advertência.
 - (D) Suspensão de direitos políticos.
 - (E) Abono pecuniário.
- 17. O atendimento ao público deve ser realizado com agilidade, presteza, boa vontade, qualidade, urbanidade, cordialidade e respeito, fornecendo as orientações e informações claras e confiáveis, devendo o servidor público atuar de modo a harmonizar as relações entre o cidadão e a UFMS. Durante o atendimento, o servidor deve observar as seguintes condutas, EXCETO:
 - (A) Expressar-se utilizando linguagem coloquial, procurando adequar-se à individualidade e ao perfil do cidadão, ao repassar informações essenciais para a solução de sua demanda.
 - (B) Manifestar opinião pessoal, juízo de valor, ou emitir parecer sobre assuntos diversos aos serviços demandados.
 - (C) Evitar interrupções por razões alheias ao atendimento.
 - (D) Agir com profissionalismo em situações de conflito, procurando manter o controle emocional.
 - (E) Orientar corretamente o cidadão quando o atendimento precisar ser realizado em outra unidade ou setor.
- 18. Considerando o direito à informação previsto na Lei nº 12.527/2011, analise os itens abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
 - I. A Lei de Acesso à Informação estabeleceu procedimentos a serem adotados pela Administração Pública Federal no fornecimento de qualquer informação de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - II. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimento, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, a exemplo das informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.
 - III. São passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.
 - IV. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, cujos prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção por 20 (vinte) anos, 10 (dez) anos, e 5 (cinco) anos respectivamente.
 - V. Quando estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos na Lei, ou quando o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.
 - (A) Apenas um item está correto.
 - (B) Apenas dois itens estão corretos.
 - (C) Apenas três itens estão corretos.
 - (D) Apenas quatro itens estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão corretos.

- 19. De acordo com o Regimento Geral da UFMS, Resolução Coun nº 78, de 22 de setembro de 2011, e suas alterações, assinale a alternativa correta.
 - (A) Compete ao Diretor da Unidade da Administração Setorial determinar no âmbito da Unidade a abertura de sindicância e a instauração de processo administrativo disciplinar.
 - (B) Compete ao Reitor submeter o processo de prestação de contas anual da UFMS ao Conselho Universitário para deliberação.
 - (C) A Universidade poderá outorgar o título de Professor Emérito a professores e cientistas ilustres, não pertencentes à Universidade, que lhe tenham prestado relevantes serviços.
 - (D) O Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos, e é composto por no mínimo três e no máximo seis representantes docentes com formação na área do curso e por um discente regularmente matriculado.
 - (E) Na eventual ausência do Reitor durante reunião dos Conselhos Universitário ou Diretor, a presidência será exercida pelo Vice-Reitor, e na ausência simultânea deste, pelo membro docente em efetivo exercício com maior titulação acadêmica e que tenha maior tempo de exercício no magistério da UFMS.
- 20. De acordo com o Estatuto da UFMS, Resolução Coun nº 35, de 13 de maio de 2011, e suas alterações, assinale a alternativa correta.
 - (A) São Unidades da Administração Setorial: os Centros, os Câmpus, as Faculdades, os Institutos e as Escolas.
 - (B) O Conselho Diretor é o órgão de jurisdição superior da UFMS de caráter deliberativo, normativo e consultivo em matéria administrativa, de definição da política universitária e instância de recursos nos assuntos de natureza didático-científica, administrativa, econômico-financeira e patrimonial.
 - (C) A função de Diretor de Unidade da Administração Setorial será exercida por professor da Carreira do Magistério Superior da UFMS, nomeado e exonerado ad nutum, pelo Reitor, e na sua ausência, por um Coordenador de Curso, por ele indicado.
 - (D) A Comunidade Universitária é composta de servidores integrantes da Carreira de Magistério Superior, que compõem o Corpo Docente, e os alunos regulares, que compõem o Corpo Discente.
 - (E) O Reitor poderá delegar aos coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação, a gestão financeira e respectiva ordenação de despesa de seus cursos, sendo a eles atribuída a responsabilidade pelos atos de gestão praticados, cabendo-lhes as penalidades por eventuais irregularidades cometidas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21. A respeito do Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas da União, é correto afirmar:
 - (A) Compete ao Tribunal de Contas da União a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão, na administração direta e indireta, e das fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
 - (B) A jurisdição do Tribunal de Contas da União abrange os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições parafiscais e prestem serviço de interesse público ou social, bem como os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, ao Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
 - (C) Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente encaminhar ao Tribunal de Contas da União com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e julgamento das contas dos responsáveis.
 - (D) As contas serão julgadas regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, ou na ocorrência de infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial que não resulte dano ao Erário.
 - (E) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União, não se sujeitando em hipótese alguma à sanção administrativa, cível ou penal, em decorrência da denúncia.
- 22. Para efetuar a avaliação dos controles internos de uma unidade operacional ou de um macroprocesso da entidade, as unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação, comunicação e atividades de monitoramento. Sobre esse assunto, leia as afirmações a seguir:
 - I. Conjunto de ações destinadas a acompanhar e avaliar a eficácia dos controles internos.
 - II. Processo contínuo de compartilhamento e obtenção de informações que possibilita a compreensão do órgão ou entidade sobre as responsabilidades de controle interno e sua importância.
 - III. Conjunto de normas, processos e estrutura que fornece a base para a condução do controle interno no órgão ou entidade.
 - IV. Processo de validação da consistência, documentação e guarda dos registros gerados a partir das atividades de controle interno necessárias para que o órgão ou entidade alcance seus objetivos.
 - V. Conjunto de ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que auxiliam o órgão ou entidade a mitigar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos traçados.
 - VI. Processo dinâmico e interativo que visa a identificar, a avaliar e a mensurar os riscos relevantes que possam comprometer a integridade do órgão ou entidade e o alcance das metas e dos objetivos organizacionais.

Os conceitos acima correspondem, a respectivamente:

- (A) Atividades de monitoramento, comunicação, ambiente de controle, informação, atividades de controle e avaliação de riscos.
- (B) Ambiente de controle, comunicação, informação, atividades de controle, avaliação de riscos e atividades de monitoramento.
- (C) Atividades de monitoramento, comunicação, atividades de controle, informação, ambiente de controle e avaliação de riscos.
- (D) Atividade de controle, comunicação, informação, ambiente de controle, atividades de monitoramento e avaliação de riscos.
- (E) Atividade de controle, comunicação, informação, ambiente de controle, avaliação de riscos e atividades de monitoramento.

- 23. Considerando os conceitos de Controle Social, Controle Interno e Controle Externo, e sua organização na Administração Pública Federal, anailse os itens abaixo:
 - I. O Controle Social da gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.
 - II. Integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal: a Controladoria-Geral da União e suas unidades regionais, como órgão central; as Secretarias de Controle Interno (CISET) da Casa Civil, da Advocacia-Geral da União, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa, como órgãos setoriais; e as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República, como órgãos seccionais.
 - III. O Controle Externo é exercido, além do Tribunal de Contas da União, pelo poder legislativo, pelo Ministério Público Federal e pelas Delegacias de Polícia Federal.
 - IV. As atividades a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal destinam-se, preferencialmente, a subsidiar o aperfeiçoamento da gestão pública, nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas.
 - V. O Controle Externo do Poder Executivo Federal visa à avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos federais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e a apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.

Estão corretos apenas os itens:

- (A) lell.
- (B) Le III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e V.
- 24. A independência da unidade de auditoria interna pode ser definida pela imunidade quanto às condições que ameaçam a condução das suas responsabilidades e atividades de maneira imparcial. Assinale a alternativa que NÃO corresponde aos preceitos de independência insculpidos na legislação federal e nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.
 - (A) As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União, em suas respectivas áreas de jurisdição.
 - (B) A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.
 - (C) O auditor-chefe deve ser autorizado a assegurar que o pessoal da auditoria interna tenha acesso irrestrito a todas as funções, documentos, registros, bens e servidores da organização, e ter livre acesso ao conselho diretor ou órgão colegiado equivalente.
 - (D) A unidade de auditoria interna deverá fornecer periodicamente informações à Controladoria-Geral da União sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.
 - (E) A unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo ou ao conselho de administração da entidade, de modo a proporcionar um posicionamento suficientemente elevado e permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência e maior autonomia.

- 25. Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, definidas pelo IIA, está INCORRETO:
 - (A) Os auditores internos devem possuir o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais, devendo a instituição possuir política formalizada de capacitação dos auditores internos.
 - (B) O auditor-chefe deve ser autorizado a prover serviços de consultoria à administração quando considerá-los apropriados.
 - (C) O conselho de administração ou órgão colegiado equivalente deverá opinar na elaboração do Paint considerando as áreas mais críticas e relevantes da entidade.
 - (D) Considera a objetividade como atitude mental imparcial que permite aos auditores internos executarem auditorias de maneira a confiarem no resultado de seu trabalho sem subordinarem a outras pessoas o seu julgamento em assuntos de auditoria.
 - (E) Quanto à responsabilidade, recomenda-se que o auditor-chefe, no desempenho de suas atribuições, seja responsável perante à administração e ao conselho de administração ou órgão colegiado (deliberativo) equivalente por alinhar a atuação da unidade de auditoria interna com os riscos estratégicos, operacionais, de conformidade e financeiros da organização.
- 26. Com base em uma auditoria realizada no almoxarifado da entidade, considere as seguintes informações:
 - O trabalho desenvolvido visou à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela Administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
 - Para a obtenção de evidências e informações necessárias para fundamentar a opinião do auditor, foram verificados os registros constantes de controles regulamentares, relatórios sistematizados, normas e sistemas informatizados.
 - Por meio de questionamentos presenciais, os servidores responsáveis pelos setores e unidades envolvidas no processo, apresentaram críticas, sugestões e ponderações quanto aos procedimentos e sistemas adotados e quanto à celeridade das requisições desde a origem até a entrega do mesmo.
 - Foram aplicados testes flagrantes no local, com a finalidade de revelar erros, problemas ou deficiências, observando a execução dos registros e a forma de estocagem dos materiais.

Com relação aos procedimentos e às técnicas de auditoria utilizadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento adotado foi: testes de observância; e as técnicas de auditoria utilizadas foram: observação das atividades e condições, correlação das informações obtidas e inspeção física, respectivamente.
- (B) O procedimento adotado foi: testes substantivos; e as técnicas de auditoria utilizadas foram: exame dos registros, observação das atividades e condições, e inspeção física, respectivamente.
- (C) O procedimento adotado foi: testes de observância; e as técnicas de auditoria utilizadas foram: exame dos registros, entrevista, e observação das atividades e condições, respectivamente.
- (D) O procedimento adotado foi: testes substantivos; e as técnicas de auditoria utilizadas foram: correlação das informações obtidas, conciliação, e observação das atividades e condições, respectivamente.
- (E) O procedimento adotado foi: testes de observância; e as técnicas de auditoria utilizadas foram: correlação das informações, observação das atividades e condições, e conciliação, respectivamente.
- 27. De acordo com o COSO, o gerenciamento de riscos corporativos é constituído de oito componentes interrelacionados que se integram ao processo de gestão. Um deles depende da filosofia quanto ao tratamento de riscos e do apetite de risco estabelecido pela administração, pois é a partir dele que são determinados os conceitos básicos sobre a forma como os riscos e os controles serão vistos e abordados pelos empregados da organização. Trata-se da(o):
 - (A) Avaliação de riscos.
 - (B) Identificação de eventos.
 - (C) Atividade de controle.
 - (D) Monitoramento.
 - (E) Ambiente interno.

- 28. Assinale a assertiva correta quanto à elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), e ao planejamento operacional dos trabalhos de auditoria.
 - (A) Os papéis de trabalho são instrumentos que contêm a identificação sobre o que se deseja obter com a auditoria e a fiscalização; a identificação do escopo a ser examinado; a definição e o alcance dos procedimentos a serem utilizados; a localização do objeto ou unidade examinada; o estabelecimento das técnicas apropriadas; a estimativa dos homens x horas necessária à execução dos trabalhos; e referência quanto ao uso de material e/ou documentos de exames prévios ou outras instruções específicas.
 - (B) O programa de auditoria é a base física da documentação das atividades de auditoria e fiscalização. Nele são registrados dados da unidade/entidade auditada ou do programa fiscalizado, fatos e informações obtidas, as etapas preliminares e o trabalho efetuado pela equipe responsável, bem como as conclusões sobre os exames realizados.
 - (C) O PAINT conterá as áreas que serão auditadas no exercício seguinte, classificadas por meio de matriz de risco, que conterá o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos, bem como as atribuições que caracterizem atos de gestão e assessoramentos prestados à alta administração.
 - (D) Somente poderão estar previstas no PAINT as ações de capacitação e participação em eventos alinhadas às atividades de auditoria, de acordo com o seu caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores que forem custeadas pelos programas de capacitação do órgão ou entidade.
 - (E) A proposta do PAINT deverá ser submetida à análise prévia da Controladoria-Geral da União antes de ser aprovada pelo órgão colegiado competente da entidade, momento em que poderá ser recomendada a inclusão de macroprocessos ou temas que não tenham sido programados.
- 29. De acordo com as atividades realizadas pela auditoria interna e seus auditores, analise os itens abaixo:
 - I. Os auditores somente devem monitorar achados e recomendações de auditorias anteriores mediante requerimento fundamentado do dirigente máximo ou conselho superior, quando verificada a necessidade de fortalecer o impacto da auditoria e lançar as bases para o aprimoramento de futuros trabalhos de auditoria.
 - II. A atividade de auditoria interna deve identificar e gerenciar os riscos e controles existentes no que diz respeito à governança corporativa da organização, operações e sistemas de informação.
 - III. A auditoria de conformidade geralmente abrange a avaliação da conformidade com critérios formais, tais como legislação autorizativa, regulamentos emitidos ao abrigo da legislação e outras leis, regulamentos e acordos pertinentes, incluindo leis orçamentárias e os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.
 - IV. Em uma auditoria operacional, os auditores relatam seus achados sobre a economicidade e eficiência com que os recursos são adquiridos e usados e a eficácia com que os objetivos são alcançados.
 - V. A realização de atividades de assessoria à gestão pela auditoria interna tais como a emissão de pareceres ou despachos em editais de licitação, análise de minuta de normas e regulamentação de processos internos, coaduna com as atribuições de assessoramento à gestão definidas nas normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna.

A respeito das afirmações acima:

- (A) Apenas um item está correto.
- (B) Apenas dois itens estão corretos.
- (C) Apenas três itens estão corretos.
- (D) Apenas quatro itens estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

- 30. Assinale a alternativa que corresponde às definições existentes na estrutura de gerenciamento de riscos corporativos.
 - (A) Risco inerente é o risco que uma organização terá de enfrentar na falta de medidas que a administração possa adotar para alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos.
 - (B) Oportunidade é a possibilidade de que um evento ocorra e influencie favoravelmente ou negativamente a realização dos objetivos, e pode ser gerada com base em fontes internas ou externas.
 - (C) A avaliação de riscos é aplicada primeiramente aos riscos inerentes, e após, aos riscos residuais.
 - (D) Eventos de impacto negativo podem originar-se a partir de condições aparentemente positivas.
 - (E) O fato de um agente externo contribuir diretamente para que uma organização alcance seus objetivos não o torna parte do gerenciamento de riscos corporativos.
- 31. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
 - I. a existência da União.
 - II. o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação.
 - III. o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
 - IV. a segurança interna do País.
 - V. a probidade na administração.
 - VI. a lei orçamentária.
 - VII. o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
- (B) Apenas 4 (quatro) itens estão corretos.
- (C) Apenas 5 (cinco) itens estão corretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.
- 32. Leia os itens abaixo e assinale a alternativa correta.
 - I. É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta e indireta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração
 - II. O número de Deputados na Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
 - III. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
 - IV. Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - (A) Todos os itens estão corretos.
 - (B) Todos os itens estão incorretos.
 - (C) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (D) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (E) Apenas 3 (três) itens estão corretos.

- 33. Leia os itens abaixo e assinale a alternativa correta.
 - I. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual sempre permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica a critério da administração pública.
 - II. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - III. As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei, mas nunca por convênio.
 - IV. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsidio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.
 - (A) Todos os itens estão corretos.
 - (B) Todos os itens estão incorretos.
 - (C) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (D) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (E) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
- 34. Leia os itens abaixo e assinale a alternativa correta quanto ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
 - São legitimados como interessados no processo administrativo as pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
 - II. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
 - III. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada. A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas. O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.
 - IV. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
 - (A) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (B) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (C) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
 - (D) Todos os itens estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão incorretos.

- 35. São condições de elegibilidade, na forma da lei:
 - I. A nacionalidade brasileira e o pleno exercício dos direitos políticos.
 - II. Alistamento eleitoral e domicílio eleitoral na circunscrição.
 - III. A filiação partidária.
 - IV. A idade mínima de: quarenta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; dezoito anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz; dezoito anos para Vereador.
 - (A) Todos os itens estão corretos.
 - (B) Todos os itens estão incorretos.
 - (C) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (D) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (E) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
- 36. Quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:
 - (A) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, independente de qualquer sigilo ou censura.
 - (B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
 - (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, exceto para a preservação da sáude pública.
 - (D) É garantida a liberdade de associação de caráter paramilitar para fins lícitos.
 - (E) A lei não retroagirá, salvo em prejuízo do réu.
- 37. Leia os itens abaixo e assinale a alternativa correta.
 - I. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
 - II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
 - III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - IV. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (A) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (B) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (C) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
 - (D) Todos os itens estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão incorretos.
- 38. O prazo para recurso dos atos da Administração decorrente de aplicação da Lei 8666/1993, no caso de anulação ou revogação da licitação é de?
 - (A) 30 dias úteis.
 - (B) 20 dias úteis.
 - (C) 10 dias úteis.
 - (D) 5 dias úteis.
 - (E) 48 horas.

- 39. Sobre a execução orçamentária e financeira registrada no SIAFI, assinale a alternativa correta.
 - (A) Conta integrada é a conta que acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, incluindo autarquias e fundações.
 - (B) São exemplos de instrumentos de segurança do SIAFI: senha, Confirmação Contábil e inalterabilidade dos documentos.
 - (C) Quando o usuário entra no SIAFI, automaticamente são registrados somente o seu CPF e a hora em que foi efetuado o acesso. Esta medida tem o objetivo de monitorar as ações danosas ou fraudulentas executadas utilizando-se o sistema.
 - (D) A NE Nota de Empenho, formaliza o empenho que será sempre emitido baseado na dotação dos créditos orçamentários ou adicionais.
 - (E) A ND, Nota de Dotação, é utilizada para registrar a previsão da receita.
- 40. Leia os itens abaixo e assinale a alternativa correta.
 - I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
 - II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
 - III. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - IV. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
 - (A) Todos os itens estão corretos.
 - (B) Todos os itens estão incorretos.
 - (C) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (D) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (E) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
- 41. Leia os itens abaixo e assinale a alternativa correta sobre licitação e contratos administrativos:
 - I. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
 - II. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, salvo conveniência e necessidade da Administração Pública.
 - III. A licitação tramitará de forma sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público apenas os resultados do procedimento licitatório, sob pena de nulidade.
 - IV. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
 - (A) Apenas 1 (um) item está correto.
 - (B) Apenas 2 (dois) itens estão corretos.
 - (C) Apenas 3 (três) itens estão corretos.
 - (D) Todos os itens estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão incorretos.

- 42. Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita para atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro está:
 - (A) Permitida enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
 - (B) Autorizada e livre de encargos no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
 - (C) Permitida somente se for realizada a partir do quinto dia do início do exercício.
 - (D) Proibida no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
 - (E) Proibida no primeiro ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- 43. Considerando a Lei Federal nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.
 - (A) O pagamento de Restos a Pagar não processados depende de sua liquidação.
 - (B) Nas despesas processadas inscritas em Restos a Pagar, o empenho foi efetuado no exercício financeiro em que ocorreu o pagamento da despesa.
 - (C) Nas despesas não processadas inscritas em Restos a Pagar, a liquidação foi efetuada no mesmo exercício financeiro em que a despesa foi empenhada.
 - (D) O pagamento de Restos a Pagar não processados não depende de sua liquidação.
 - (E) Na oportunidade de registro de Restos a Pagar há a necessidade de registro apenas por credor.
- 44. Sobre a Lei Complementar Federal nº 101/2000, os títulos emitidos de responsabilidade do Banco Central do Brasil serão incluídos:
 - (A) No déficit financeiro.
 - (B) No superávit financeiro.
 - (C) Na dívida pública flutuante da União.
 - (D) Na dívida pública financeira da União.
 - (E) Na dívida pública consolidada da União.
- 45. Com relação à Contabilidade Pública, o Patrimônio Público é:
 - (A) Seu campo de aplicação.
 - (B) Seu objetivo.
 - (C) Sua função social.
 - (D) Seu objeto.
 - (E) Sua instrumentalização do controle social.
- 46. De acordo com a Lei n. 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP):
 - (A) Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício.
 - (B) Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
 - (C) Evidencia os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa.
 - (D) Evidencia somente as variações qualitativas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária.
 - (E) Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e de valores numerários.
- 47. Considerando o que dispõe a Lei n. 8.666/93, a inexecução parcial ou total do contrato pode ocasionar:
 - (A) Advertência ao contratado.
 - (B) Declaração de inidoneidade permanente, impedindo a contratação com a Administração Pública.
 - (C) Penalidade de multa, limitada ao valor da garantia contratual.
 - (D) Proibição ao contratado de participar em licitações pelo prazo de cinco anos.
 - (E) Penalidade de multa, que pode ultrapassar o valor da garantia contratual, mas que não pode ser aplicada acumuladamente com outras sanções.

- 48. Em relação ao SIAFI, assinale a alternativa correta.
 - (A) Não há a possibilidade de correção de qualquer irregularidade após a contabilização de um documento no SIAFI, em razão da inalterabilidade dos documentos.
 - (B) Um dos objetivos do SIAFI é controlar a dívida flutuante dos estados e municípios junto ao Governo Federal.
 - (C) A sigla SIAFI significa Sistema da Administração Pública Financeira.
 - (D) Com a finalidade automatizar a rotina periódica de confirmação ou desativação de usuários pela própria UG ocorre a circularização de senhas.
 - (E) A sigla UG significa Unidade de Gestão.
- 49. Sobre SIAFI, considere a afirmativa: "consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações". Trata-se da:
 - (A) Conformidade Contábil.
 - (B) Conformidade de Registro de Dados.
 - (C) Conformidade de Registro de Gestão.
 - (D) Conformidade Financeira.
 - (E) Conformidade de Registro de Execução.
- 50. Para a habilitação nas licitações, quais os documentos são exigidos dos interessados?
 - (A) Habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
 - (B) Apenas RG e CPF dos sócios da empresa e habilitação jurídica.
 - (C) Apenas qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.
 - (D) Apenas o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
 - (E) habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; RG e CPF dos sócios da empresa.

